



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS  
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

**EMANUELA BAPTISTA PANTOJA DA COSTA**

**PROJETO BRASIL-ÁFRICA, IGUALDADE DE GÊNERO: INOVAÇÕES E  
POTENCIALIDADES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL:  
O impacto na vida das mulheres e meninas em Moçambique**

**BRASÍLIA**

**2020**

**EMANUELA BAPTISTA PANTOJA DA COSTA**

**PROJETO BRASIL-ÁFRICA, IGUALDADE DE GÊNERO: INOVAÇÕES E  
POTENCIALIDADES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL:  
O impacto na vida das mulheres e meninas em Moçambique**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador (a): Prof. Fernanda Luíza S. de Medeiros

**BRASÍLIA**

**2020**

**EMANUELA BAPTISTA PANTOJA DA COSTA**

**PROJETO BRASIL-ÁFRICA, IGUALDADE DE GÊNERO: INOVAÇÕES E  
POTENCIALIDADES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL:  
O impacto na vida das mulheres e meninas em Moçambique**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador (a): Prof. Fernanda Luíza S. de Medeiros

**Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.**

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof. Fernanda Luíza S. de Medeiros

---

Professor(a) Avaliador(a)

**PROJETO BRASIL-ÁFRICA, IGUALDADE DE GÊNERO: INOVAÇÕES E  
POTENCIALIDADES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL:  
O impacto na vida das mulheres e meninas em Moçambique**

**Emanuela Baptista Pantoja da Costa<sup>1</sup>  
Fernanda Luíza S. de Medeiros<sup>2</sup>**

**RESUMO**

O presente artigo pretende abordar como o projeto Brasil-África impactou a vida das mulheres e meninas de Moçambique, de acordo com a perspectiva feminista e o empoderamento feminino. Este trabalho mostra a necessidade de expor a violência e as desigualdades de gênero, as quais ocorrem com maior frequência em países em desenvolvimento como é o caso de Moçambique, exemplificado por meio de dados sociais aqui trazidos. Também procura mostrar o empoderamento como instrumento, meio e fim em si mesmo, diferenciando-o de desenvolvimento, além de abordar a opressão epistêmica nas Relações Internacionais, que silenciou o tema por muitos anos.

**Palavras-chave:** Empoderamento. Opressão. Oprimido. Poder. Violência. Silêncio. Mulheres. Liberdade. Recursos. Reprodução. Estrutura. Capacitação. Desigualdade.

**1. INTRODUÇÃO**

Segundo Barry Buzan (1991), diferentemente de suas antepassadas, as mulheres hodiernamente desfrutam de direitos e oportunidades (quase, ou) iguais em muitas partes do mundo. Especialmente nos países mais desenvolvidos, as mulheres são mais independentes e mais instruídas do que nunca na História. Contudo, ainda existe uma lacuna significativa à igualdade de gênero atualmente. Assim sua missão não pode ser considerada cumprida. A emancipação das mulheres pode não ter chegado ao status amplo e de longo prazo, como sustentado pelo mainstream.

É muito importante ressaltar os direitos adquiridos pelas mulheres após muita luta e sacrifícios, os quais asseguraram uma melhoria de qualidade de vida até não muito tempo atrás considerados impossível. Não obstante ainda é necessário um constante lembrar que as mulheres continuam com menos direitos e sofrendo com a opressão estrutural de gênero, sendo assim necessário políticas cujo cunho principal

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Relações Internacionais. Estudante do Centro Universitário de Brasília.

<sup>2</sup> Professora orientadora do Centro Universitário de Brasília

é de gênero para que a equidade continue acontecendo. Dessa forma, a pesquisa busca mostrar a importância de projetos destinados a esse tipo de objetivo, que não traz consigo, apenas melhorias, mas também justiça.

Sabe-se, com a última pesquisa do Global Gender Gap Report (2020), que nenhuma mulher verá a paridade de gênero em seu tempo de vida, e nem provavelmente muitas de suas sucessoras. Essa é uma conclusão preocupante, que revela que a paridade de gênero não será atingida por 99,5 anos. Com isso, esse assunto não deveria ser de interesse apenas das próprias mulheres, mas sim de toda a sociedade, uma vez que implica no cotidiano de todos, seja por questões de justiça ou por fatores econômicos. Já que, segundo as estatísticas do Global Gender Gap Report, a paridade de gênero tem uma influência fundamental sobre se as economias e as sociedades prosperam ou não.

De acordo com a pesquisa do Global Gender Gap Report (2020) o desenvolvimento e a implantação de metade do talento disponível no mundo tem uma enorme influência no crescimento, na competitividade e na disponibilidade futura de economias e empresas em todo o mundo. Assim o estudo de temas como o empoderamento feminino e o investimento em projetos como o: Brasil-África, Igualdade de Gênero: inovações e potencialidades na Cooperação Sul-Sul Trilateral, aqui discutido, e o problema dessa pesquisa “como o projeto Brasil-África impactou a vida das mulheres e meninas de Moçambique, de acordo com a perspectiva feminista” são essenciais para o alcance de equidade ou tentativas de alcançá-las por parte das mulheres que sofreram e sofrem consequências profundas da desigualdade, preconceito e violência.

Assim, a realização desse artigo procurou investigar se realmente houve um processo de empoderamento das mulheres e meninas moçambicanas. Destarte, após pesquisar academicamente o termo empoderamento e a situação, a qual o país se encontrava antes e após a intervenção, percebeu-se melhorias ao se tratar dos significados referentes aos discursos e ferramentas das oprimidas, não obstante se reconheceu o desprovimento de recursos referentes às ações dos opressores.

Seguindo então a introdução a seção 2 trará assuntos referentes a gênero e teoria que serão abordados aprofundando a argumentação da falta de representatividade relacionada ao sexismo nas teorias e suas consequências. A 2.1 esclarecerá o termo empoderamento, distinguindo seu significado de distorções,

seguido da 3, a qual apresenta os moldes ideológicos e desenvolvimento do projeto. Já 3.1 serão relacionados o contexto do país e dados estatísticos, seguida da 3.2, a qual mostrará a apresentação do projeto e suas atividades, afetando o cotidiano do país. Já a 3.3 analisará os resultados da iniciativa de empoderamento, por meio de um olhar crítico, seguida da 4 que trará uma conclusão do projeto com comentários e sugestões.

## **2. GÊNERO E TEORIAS FEMINISTAS**

Segundo Johan Galtung (1969, 1990), a violência tem três dimensões: direta, estrutural e cultural. A violência direta, física ou psicológica, é cometida às custas de uma pessoa pela ação intencional de outra pessoa. A violência estrutural de acordo com Galtung (1969, p. 170-171) é o resultado da distribuição desigual de o poder e suas origens não podem ser rastreados até uma pessoa. Pelo contrário, ele é incorporado à estrutura e se manifesta como oportunidades de vida desiguais. O tipo final de violência é a violência cultural ou simbólica, definida como os aspectos de uma cultura que podem ser usados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural. (GALTUNG, 1990, p. 291)

Dessa forma, nos últimos trinta anos as Relações Internacionais por meio do silêncio exerceram múltiplas agressões sobre as mulheres, pois esse campo esteve repleto de silêncio nas questões referentes a gênero. Assim, o silêncio, o qual está associado à violência corporal e epistêmica oprimiu as mulheres, atores pós-coloniais e aqueles sem poder por meio da falta de representação, de reconhecimento como atores no contexto político internacional e por difusão que esses grupos não fariam parte do meio. Gerando consequências tanto da prática quanto na academia da política internacional, resultando no atual processo desigual do tradicionalismo na área. (DINGLI, 2015)

De acordo com a definição convencional, o silêncio é designado como a total ausência de som, é um estado de privação da fala. Quando o silêncio é usado pelos teóricos da RI, eles não apenas denotam a ausência de fala, mas também implicam que isso foi resultado de violência, direta ou indireta, a qual, segundo Galtung (1969, 1990), os seres humanos estão sendo influenciados para que suas realizações

somáticas e mentais reais estejam abaixo do seu potencial de realizações. (GALTUNGG, 1969, p. 168)

Assim, Ken Booth (2007) coloca, que por completo os silêncios estão em oposição à algo ou corpo. Assim, tais silêncios não são naturais, são políticos. Com isso, os alvos de silêncio na política mundial não têm voz física são politicamente silenciados. Esse argumento, típico da literatura sobre o silêncio ilustra que este é um fenômeno associado à violência, e assim, empoderamento e privação de direitos. (Bhambra e Shilliam, 2009; Booth, 2007; Enloe, 2004; Hansen, 2000)

Com isso, as teorias mais tradicionais e influentes das Relações Internacionais, a saber, realismo e liberalismo, introduziram e mostram quais pensamentos moldaram a construção e a percepção do campo. Embora seja fato que exista mais teorias e sub-teorias dentro das amplas escolas de realismo e liberalismo, o foco, está nas teorias mais clássicas, para mostrar que tipo de pensamento moldou mais o campo das Relações Internacionais e quais idéias levaram à exclusão de fato das mulheres. (FRITZSCHE, 2010)

Segundo Nora Fritzsche, (2010), o realismo, a teoria dominante das Relações Internacionais, influenciou tanto a prática política quanto a percepção das RI como disciplina acadêmica, independente de suas variações, pois assumiu que o mundo da política internacional é de natureza conflituosa e caracterizado pela anarquia. Portanto, não existe poder superior que possa impor sanções e proteger o direito internacional. Os principais atores são Estados nacionais soberanos agindo em seu próprio interesse (o qual se supõe que sejam de origem pré-social), com constante necessidade de acumulação de poder e força militar, o qual todo estado assume como essencial para sua sobrevivência em um mundo anárquico, produzindo um dilema de segurança de poder que pode terminar em corrida armamentista (BUZAN, 1991).

Para Fritzsche, (2010), uma imagem diferente é produzida por teorias que pertencem ao liberalismo, que independente das várias vertentes, sugerem que apesar da anarquia existem oportunidades de cooperação, interação e até confiança entre Estados. A interdependência econômica, a colaboração e os regimes internacionais “altamente institucionalizados” podem facilitar a cooperação, a confiança e a neutralização do dilema da segurança quando “especificam padrões rígidos de comportamento e garantem que ninguém trapaceie” (STEIN, 1983, p. 129).

Mostrando que o gênero não tem sido nem é o objetivo, ou muitas vezes, é silenciado nas diferentes escolas e pensamentos das Relações Internacionais, as quais possuem atenção voltada de forma exaustiva as guerras, poder, lutas, paz, Estados, entre outros. Sintetizando, Simone de Beauvoir (1974, p. 134) a qual afirma que, a representação do mundo, como o próprio mundo, é obra dos homens, eles descrevem isso do seu próprio ponto de vista, que confundem com a verdade absoluta.

Com isso, Lene Hansen (2000, p. 306) defende que “todo discurso envolve uma tentativa de fixar significado, definir uma determinada situação e os assuntos nela contidos, e qualquer ato de fala bem-sucedido implica como consequência a exclusão de outras possíveis construções de significado”.

Dessa forma, Fritzsche (2010), afirma que as teorias clássicas são caracterizadas pelo foco apenas nas experiências dos homens. Orientação, essa, fortemente criticada por estudiosas feministas como sendo uma avaliação dos efeitos do longo domínio dessas teorias fixadas principalmente por suposições longe de científicas. “Uma das formas mais cegas de gênero, de fato grosseiramente patriarcal de todas as formas institucionalizadas de análise social e política contemporânea” (WALKER, 1992, p. 179).

Destarte, o realismo e o liberalismo baseiam-se em suposições de comportamento e especulações tratados como exógenos à interação interestadual, sem necessidade de uma teoria dessa formação de interesses. Em contrapartida, construtivistas (e feministas) enfatizam, por meio da sociologia, que os seres humanos são seres sociais, com suas ações, comportamentos e decisões formados pelo discurso e interação sociais, os quais não seguem a lógica da consequencialidade, mas a lógica da adequação (ou seja, qualquer esfera da interação humana, é de alguma maneira socialmente construída e não pré-socialmente dada). (REUS-SMIT, 2001, p. 213).

Dessa forma, o artigo busca analisar o que ocorreu no projeto, por meio das ferramentas ópticas das teorias feministas de relações internacionais, com o intuito de expor a importância de projetos sociais com foco no gênero. Uma vez que, a perspectiva feminista, no geral, apresenta um olhar especial e de perto para as questões de gênero, desenvolvimento e melhora da condição de vida das mulheres. Apresenta-se como a teoria mais indicada por buscar mostrar a importância do

empoderamento feminino no aspecto de desenvolvimento e ampliar a visão tanto de desenvolvimento como de ação na causa da mulher por meio da cooperação sul-sul.

### 1.3. Empoderamento

Sendo, o empoderamento de mulheres o processo da conquista da autonomia e da autodeterminação, trata-se ao mesmo tempo, de um instrumento / meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, assumir maior controle sobre nossos corpos e vidas, questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero, a violência e o silêncio das oprimidas. (SARDENBERG, 2009)  
Segundo Srilatha Batliwalla,

“o termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos.” (Batliwalla, 1994, p. 130)

Na perspectiva da autora, o processo de empoderamento das mulheres precisa questionar as relações patriarcais, implicando em transformações no que diz respeito ao controle do sexo masculino sobre o feminino, principalmente as mulheres no campo doméstico. Logo, o empoderamento das mulheres infere “na perda da posição de privilégio concedido aos homens pelo patriarcado” Batliwala (1994, p.131). Sendo necessário rebelar-se à opressão e opressores de forma individual e coletiva. E é importante ressaltar que segundo a escritora a liberdade ganha nesse processo por consequência também libertaria os homens do papel de opressores e exploradores. (SARDENBERG, 2009)

Nesse mesmo sentido, Nelly Stromquist (2002, 1995, p. 232), afirma que para o empoderamento acontecer quatro medidas, todas igualmente importantes, mas insuficientes individualmente precisam acontecer para beneficiar as mulheres. E elas são as dimensões cognitivas (olhar crítico da realidade), psicológicas (sensação da

autoestima), políticas (consciência das desigualdades de poder e a competência de se organizar e se mobilizar) e econômicas (capacidade de gerar renda independente).

E para isso ocorrer, de acordo com a interpretação de Cecilia Sardenberg, sobre Batliwala (1994, p.131), é preciso que antes de tudo as mulheres questionem suas situações como subordinadas e reconheçam a existência de uma ideologia que legitima a dominação masculina e compreendam como isso continua a perpetuar a opressão, ou seja, a “conscientização” é essencial. Isso é fundamental, pois a demanda para mudar não nasce “naturalmente” dentro de uma condição de subordinação; de fato, a interiorização da opressão tem um grande papel. O processo de empoderamento, portanto, tem que ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente. As mulheres têm que ser convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça. (SARDENBERG, 2009)

Ou seja, para Batliwala, o empoderamento é um procedimento que transmuta o poder social em três dimensões críticas: mudando - os padrões prevalentes de acesso e controle e distribuição sobre os recursos econômicos, naturais e intelectuais - afrontando as ideologias, que sustentam a desigualdade social (como gênero ou casta) e mudando as instituições e estruturas que reforçam e sustentam estruturas de poder que existem (família, igreja, Estado, mercado, educação, meios midiáticos, etc.) (BATLIWALA, 2007).

### **3. PERSPECTIVA UTILIZADA NO PROJETO DE EMPODERAMENTO EM MOÇAMBIQUE**

O projeto Brasil e África foi baseado no consenso em torno de alguns pontos importantes sobre empoderamento, delineados por Sarah Mosedale (2005), tais como: para se “empoderar” alguém, este antes tem que ser “desempoderado”; ninguém “empodera” outrem, trata-se de um ato autorreflexivo (o que se pode fazer é facilitar o desencadear desse processo, criando as condições para tanto); a noção que empoderamento tem a ver com construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso, de assumir controle sobre nossas vidas; e que empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existindo um estágio de empoderamento máximo. Assim as pessoas são empoderadas, ou “desempoderadas” em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente. (SARDENBERG, 2009)

Pensando nisso, a ONU Mulheres tentou implementar nesse projeto os “Princípios de Empoderamento das Mulheres”, que são princípios criados por ela e o Pacto Global, baseados na convergência do entendimento do papel das empresas para o crescimento das economias e desenvolvimento humano, o qual busca em meio a esses princípios incorporar valores e práticas que visem a equidade de gênero e empoderamento de mulheres. (ONU MULHERES, 2017)

Assim, de acordo com o documento citado, o foco de preocupação do empoderamento das mulheres e sua participação integral em todos os setores da economia e em todos os níveis de atividade econômica é essencial para: construir economias fortes; estabelecer sociedades mais estáveis e justas; atingir os objetivos de desenvolvimento, sustentabilidade e direitos humanos internacionalmente reconhecidos; melhorar a qualidade de vida para as mulheres, homens, famílias e comunidades; e impulsionar as operações e as metas dos negócios. (ONU MULHERES, 2017)

O documento ainda traz alguns exemplos de recentes estudos que corroboram com os itens afirmados, como: *O poder da paridade: Como fazer avançar a igualdade de gênero pode adicionar US\$ 12 trilhões ao crescimento mundial*, da Mckinsey & Co; *O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016 – Transformar as economias para realizar direitos*, da ONU Mulheres; *Mulheres em Gestão e Negócios: Ganhando Impulso*, da Organização Internacional do Trabalho. No entanto, assegurar a inclusão dos talentos, habilidades, experiências e energia das mulheres requer ações afirmativas e políticas públicas. Pensando nessa perspectiva, novas políticas para a igualdade de gênero, com requerimento de técnicas, ferramentas e práticas que o projeto Brasil e África surgiu. (ONU MULHERES, 2017)

Não obstante, o empoderamento mais liberal juntamente ao argumento instrumental para “investir em mulheres e meninas” nunca foi defendido de forma tão exorbitante, como quando a ONU Mulheres, em sua abertura se referiu ao investimento nas mulheres como possibilidade de pôr fim à discriminação, se altos investimentos e ações poderosas corretas fossem feitos (UN Women, 2011). Entretanto se engana quem acreditar ser uma ação exclusiva da ONU. Há um crescente desfile de atores corporativos, incluindo grandes corporações transnacionais e bancos de investimento, juntando-se a bancos de desenvolvimento,

doadores, ONGs e filantropos capitalistas para exaltar as contribuições que mulheres e meninas fazem para o desenvolvimento. (CORNWALL, 2018)

A organização não governamental Women Deliver em seu conjunto de aparatos, em 2014, *Invista em Mulheres, Todos Ganham*, é um exemplo disso. Retrata o slogan “Meninas e mulheres são o coração do desenvolvimento”, envolvido por fases como: “melhorar a saúde”, “fortalecer economias”, “criar nações sustentáveis”, “reduzir a fome”, “aumentar a produtividade” e “Famílias beneficiárias”, “quando 10% mais garotas vão para a escola, o PIB de um país aumenta em média 3%”, “meninas e mulheres gastam 90% de sua renda em suas famílias, enquanto os homens gastam apenas 30-40%”, “eliminar as barreiras ao emprego para meninas e mulheres poderia aumentar a produtividade do trabalho em 25% em alguns países”, “superar a desigualdade de gênero na agricultura poderia tirar de 100 a 150 milhões de pessoas da fome”. (WOMEN DELIVER, 2014)

Economia inteligente também foi utilizada pelo FMI, em seu boletim informativo, por Mayra Buvinic e Elizabeth King que em síntese argumentam a redução da pobreza um resultado direto do empoderamento das mulheres:

“aumentando diretamente a participação das mulheres na força de trabalho e aumentando a produtividade e os ganhos, e indiretamente pelos efeitos benéficos do empoderamento das mulheres sobre o capital humano das crianças e bem-estar. A evidência empírica sobre esses benefícios é convincente. Independentemente de serem autônomas ou assalariadas, as mulheres que trabalham ajudam seus domicílios a escapar da pobreza. As mulheres são mais propensas que os homens a enfrentar restrições para acessar os mercados de crédito, mas quando elas são as usuárias diretas do crédito em vez dos homens, o impacto do crédito em várias medidas de bem-estar doméstico é maior. Quando as mulheres têm mais escolaridade, os retornos fluem não apenas para elas mesmas, mas também para a próxima geração. E quando elas têm maior controle sobre os recursos da família, elas são mais propensas do que os homens a alocar mais recursos à alimentação e à saúde e educação das crianças, uma descoberta proveniente de um conjunto tão diversificado de países como Bangladesh, Brasil, Costa do Marfim, Gana, Indonésia e África do Sul. De fato, estudos mostraram que dar às mulheres mais acesso à educação, aos mercados (trabalho, terra, crédito) e às novas tecnologias, e dar-lhes maior controle sobre os recursos domésticos, muitas vezes se traduz em maior bem-estar para elas e suas famílias. Para as mulheres, suas famílias e suas comunidades, isso é economia inteligente”. (BUVINIC; KING, 2007, p. 6)

Assim, de acordo com o site da ONU Mulheres (2019), e outras dimensões de poder já citadas, para acontecer as reparações às mulheres são necessários que elas consigam seus direitos de forma igual aos homens sobre: patrimônio e capital; na

admissão e enaltecimento dos afazeres domésticos e de cuidados não assalariados; em ações de proteção social e no estímulo à consciência compartilhada dentro e fora da moradia pelas funções relacionadas à tutela e reprodução, essas são algumas das metas globais para alcançar igualdade de gênero no mundo (ONU MULHERES, 2017).

Ainda segundo a Organização, de forma geral, os direitos econômicos e sociais das mulheres representam o conjunto de direitos em que menos se avançou no mundo nas últimas décadas. Apesar da persistência dos desafios, nos últimos anos, uma série de políticas econômicas e sociais impulsionaram o avanço das mulheres. Sendo necessário aumentar as beneficiárias do conjunto de políticas de inclusão social sobre renda, acesso à terra, água e luz, habitação e mercado de trabalho. (ONU MULHERES, 2019)

### **1.3. Contexto do País**

A exemplo disso é possível identificar em várias partes do mundo em diferentes escalas os malefícios que as mulheres sofrem, devido à privação de seus direitos. Entretanto o número de afetadas com maior impacto é maior ainda quando comparado com as mesmas em países menos ricos, acentuando sinais de pobreza, violências, fome, injustiças e disparidades. A partir disso, o projeto Brasil África, tenta por meio de oportunidades resgatar justiça para as mulheres e garotas moçambicanas.

Percebe-se que a situação de gênero e direito das mulheres em moçambique, de acordo com UNFPA/ ONU Mulheres, 2015-2017 é ainda mais difícil de se tratar, uma vez que Moçambique tem uma população estimada em pouco mais de 25 milhões de habitantes e as projeções realizadas com base na fecundidade média do país indicam que no ano de 2030 a população se aproximará de 41,4 milhões de pessoas, ou seja, caso os estigmas de gênero não melhorem ainda mais mulheres viverão a falta de oportunidade, dependência financeira, pobreza, violência, entre outros abusos que restringem os direitos e a liberdade do ser humano. (PNUD, 2016)

De acordo com o projeto Brasil e África, algumas informações mostram em resumida escala as condições de vida das mulheres moçambicanas e seus desafios na construção da igualdade de direitos:

Em Moçambique 52% da população é composta por mulheres e jovens. A metade destes últimos tem menos de 15 anos (devido ao país possuir taxas elevadas de natalidade e de mortalidade). O Índice de Desenvolvimento Humano para 2016 apontava que, 70,2% da população viviam em pobreza multidimensional (ou seja, independentemente do nível de rendimento, a maior parte da população pode não ter acesso a serviços básicos, tais como saúde, proteção social e educação). Os dados indicam que 54,7% da população moçambicana vivem abaixo da linha de pobreza e 68,7% contam com menos de US\$ 1,90/dia (PNUD, 2016).

Entre os países que mensuram a Desigualdade de Gênero em três dinâmicas do IDH: saúde reprodutiva, empoderamento (autonomia) e atividade econômica, está na 139<sup>a</sup> posição. Além disso, o percentual de mulheres moçambicanas com posse exclusiva de casa é metade do percentual de homens na mesma situação: 14% contra 28%. Esse padrão de desigualdade se mantém no que diz respeito à posse exclusiva de terra: 13% de titulares individuais são mulheres e 23% são homens na faixa etária entre 15 e 49 anos. Além de a agricultura e o trabalho doméstico serem as áreas que empregam maior número de mulheres. (PNUD, 2016).

A taxa de desemprego, de acordo INE (2015) é maior que vinte e um por cento entre a população economicamente ativa com algum nível de escolaridade, sendo cerca de 20% para os homens e 23,4% para as mulheres. E segundo IDS (2011), 25% das moçambicanas entre 15 e 49 anos afirmam ter sofrido violência física repetidas vezes no espaço de um ano. No mesmo período, 7% das mulheres de 15 a 49 anos reportaram ter sofrido violência sexual mais de uma vez, encontrando-se uma variação entre as zonas urbanas (7,9%) e zonas rurais (6,4%) (INE; MISAU; USAID, 2013).

Ainda segundo o IDS 2011, entre as mulheres que vivem em união em Moçambique, 45% sofreram violência pelo marido ou companheiro ao passo que entre as mulheres alguma vez casadas ou unidas, 28% informaram terem sido agredidas pelo ex-marido/companheiro. Entre as mulheres solteiras, 16% indicaram como autor da violência o namorado atual ou antigo, sendo que essa proporção é maior entre aquelas que nunca se casaram (63%) do que entre as mulheres casadas ou unidas (10%) (INE; MISAU; USAID, 2013). 33,1% das moçambicanas reportaram ter sofrido violência física ou sexual ao menos uma vez, cometida por parceiro íntimo, entre 2005 e 2015 (INE, 2016).

### **2.3. Apresentação do Projeto Brasil-África**

O projeto Brasil-África, recupera um conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da cooperação técnica com o Governo de Moçambique promovidas pelos Governos do Brasil e Moçambique, com apoio técnico do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e da ONU Mulheres nos campos do enfrentamento à violência de gênero, empoderamento econômico e sistematização de indicadores sociais. Ações estas que estão alinhadas, principalmente, com dois desses objetivos: erradicação da pobreza e igualdade de gênero tendo como horizonte os Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável estabelecidos no âmbito da Agenda 2030 (ABC, 2020)

As demandas do projeto foram idealizadas a partir do próprio governo moçambicano, que enquadra como a ações prioritárias: proteção social, empoderamento econômico das mulheres e enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, que recebeu do governo brasileiro o apoio por meio de intercâmbio técnico, uma vez que o Brasil sofreu e sofre com problemáticas de características similares e conseguiu desenvolver algumas políticas, as quais os envolvidos do projeto entendem como qualificadas para ajudar a situação no país africano. (ONU MULHERES, 2017)

Assim, o de acordo com o relatório da ONU os objetivos principais foram divididos em: contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais das autoridades de Moçambique para dar respostas intersetoriais e integradas e enfrentar a violência de gênero; apoiar a mobilização social e a participação comunitária, em especial de líderes mulheres, em resposta à violência de gênero e empoderamento econômico das mulheres; e promover as capacidades institucionais das autoridades nacionais de Moçambique para a formulação e implementação de políticas públicas e estratégias de promoção da autonomia econômica das mulheres. (ONU MULHERES, 2017)

E entre os objetivos específicos do projeto, foram relatadas as seguintes atividades: documentar as boas práticas brasileiras no enfrentamento à violência contra as mulheres; promover a integração e melhoria dos serviços de atenção a adolescentes e mulheres em situação de violência (assistência social, saúde, segurança pública e sistema de justiça) em Moçambique; promover uma abordagem interdisciplinar da saúde, centrada na noção de cuidado para além do atendimento

médico; estímulo à criação e/ou fortalecimento de laços solidários nas famílias e comunidades e a construção de uma perspectiva geracional no atendimento às vítimas (fomento à articulação de mulheres rurais da CPLP); compartilhar as boas práticas brasileiras e moçambicanas de promoção do empoderamento econômico das mulheres (com ênfase nas políticas sociais para as mulheres rurais); produzir dados desagregados e realizar estudos sobre a situação socioeconômica e demandas das mulheres; adaptar experiências sobre produção e uso de evidências para subsidiar o planejamento (monitoramento e avaliação de políticas); divulgar os resultados da cooperação a nível bilateral, regional e global, especialmente nos fóruns internacionais de discussão sobre os direitos das mulheres. (ONU MULHERES, 2017)

De acordos com os documentos de relatos do projeto não há nenhuma informação quanto ao número exato ou estimativas de pessoas afetadas pelo projeto ou alguma contabilidade específica de participantes, entretanto, foi possível encontrar documentações sobre as atividades realizadas em prol dos objetivos citados acima em um folder sobre o projeto Brasil e África, tais como documentação de políticas, ações e arranjos institucionais já desenvolvidos pelos governos do Brasil e de Moçambique, seminários, oficinas, realização de instrumentos técnicos, entre outros.

Foram realizadas seis oficinas sobre igualdade de gênero, uma oficina sobre a situação da mulher rural e duas oficinas de treinamento para com mulheres vítimas de violências de gênero. Sendo a primeira destinada aos componentes do Ministério da Criança e Ação Social, Conselho Nacional para o Avanço da Mulher e Ministério de Gênero, trabalho, que gerou por meio da participação dos órgãos citados a possibilidade de materializar diagnósticos de gênero na área da saúde. (ONU MULHERES, 2017)

Já na segunda oficina, realizada em conjunto com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, procurou sintetizar as demandas das mulheres não só em Moçambique, mas nos países fluentes em português na África, enriquecendo tanto o trabalho das mulheres rurais como a interlocução da CPLP. Enquanto a terceira oficina, manteve o foco no treinamento nas áreas de saúde e segurança mobilizando tanto órgãos da assistência social, como saúde, segurança pública e justiça. (ONU MULHERES, 2017)

Referente aos seminários e fóruns realizados, nos documentos citados, havia os seguintes títulos: Seminário Internacional Transformar economias, realizar direitos:

oportunidades e desafios; Painel de Alto Nível na 60ª Sessão da Comissão da Condição da Mulher das Nações Unidas; Seminário de Encerramento: Parcerias inovadoras em Proteção Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Gênero: Moçambique, Brasil, ONU e DFID; Primeiro Fórum Municipal sobre Gênero, Cultura, Segurança Urbana e Políticas para Meninas. Nesta mesma seção também havia relatos sobre alcance de informação disponível sobre meios de proteção para as mulheres de forma comunitária por dezesseis dias. (ONU MULHERES, 2017)

Já em questões de instrumentos e insumos técnicos, documentou-se: a realização de um manual para treinar profissionais que atendem vítimas da violência de gênero, como base a literatura sistêmica focada nos direitos humanos aos casos de atendimento às vítimas nas delegacias brasileiras. Além disso, também foi identificada uma compilação para monitorar se os objetivos de desenvolvimento sustentável estão sendo cumpridos, foi aberto um canal para contribuições da V Conferência sobre Mulheres e Gênero em Moçambique e efetuação dela, visando contribuir com o Plano Nacional para o Avanço da Mulher. (ONU MULHERES, 2017)

Também consta contribuição para :implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, referente a segurança das mulheres no país; desenvolvimento do Segundo Relatório de País para o Comitê da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres; formulação do comunicado de criação do Centro para o Empoderamento das Mulheres; elaboração de diagnóstico para instrumentos de monitoramento em instituições públicas; alocação televisiva visando promover os direitos de mulheres e meninas; além de viagens para trocas de conhecimento tanto de líderes de Moçambique à Brasília como o inverso, também proporcionaram a divulgação de países dispostos ajudar a causa. (ONU MULHERES, 2017)

### **3.3. Resultados e Discursões dos Resultados (Crítica: Analisando a Falta de Coletividade)**

De acordo com Cecilia Sardenberg, por mais que as origens “radicais” do significado de empoderamento – tenha surgido da prática para a academia, sendo utilizado primeiro por militantes feministas e por mobilidades de base para depois se tornar propósito de teorização (AITHAL, 1999) – a problematização dessa práxis seguiu dois caminhos muito diferentes. De uma forma, o conceito foi levado para a

teoria, gerando espaço nas perspectivas feministas sobre “poder” (ALLEN, 2005), enquanto, por outro, foi apropriado nas oratórias de “desenvolvimento”, perdendo, nesse meio, muito das suas conotações mais profundas e, assim, perdendo a confiança de diversos movimentos feministas (AITHAL 1999).

Existem importantes divergências quanto ao objetivo maior do empoderamento das mulheres. Para muitas dessas agências e órgãos (como foi o caso da ONU no projeto Brasil e África) o empoderamento das mulheres é visto como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia, para erradicar a pobreza etc. Não é visto como um fim em si próprio. Ou seja, a ênfase colocada nas conceituações de empoderamento, está nos discursos sobre desenvolvimento, nos aspectos individuais desse processo, principalmente nos aspectos cognitivos, enquanto as feministas têm realçado a questão das ações coletivas. (SARDENBERG, 2009)

Magdalena Leon explica de forma muito clara esse processo quando afirma que “Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. O uso do conceito na perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve no sentido que os indivíduos se autoconferem. Tendo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. E “fazem as coisas por si mesmas”, “terem êxito sem a ajuda dos outros”. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro. (LEON, 2001, p. 97)

Já que segundo a mesma autora “O empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança”. (LEON, 2001, p.97)

Assim, o projeto em análise é plausível de críticas, também, por não distinguir condição e posição das mulheres. Sendo necessário perceber as diferenças entre necessidades práticas de gênero – que surgem das ideologias de gênero e da divisão

sexual do trabalho - e os interesses estratégicos de gênero, que diz respeito à mudança da posição das mulheres na sociedade. Ou seja, é necessário destacar a importância da organização e mobilização das mulheres no sentido da conquista dos seus interesses estratégicos, uma vez que, é uma conquista resultante da ação coletiva. (SARDENBERG, 2009)

Segundo a autora, o núcleo está no crescimento pessoal/individual, entretanto de forma atomizada, na noção da ação racional dos atores sociais se baseando em interesses particulares (Romano, 2002, apud Sardemberg, 2010, p. 234). Sendo uma abordagem que despolitiza o processo de empoderamento tirando o poder da equação. Em vez disso, o foco está em aspectos técnicos e instrumentais que supostamente podem ser “ensinados” em cursos especiais de treinamento, por exemplo. (SARDENBERG, 2008, p. 18).

Dessa forma, é necessária uma transformação das estruturas de subordinação através de mudanças radicais na legislação, direitos de propriedade, e outras instituições que reforçam e reproduzem a dominação masculina (SEN; GROWN, 1985, p. 129). Nesse sentido Batliwala, traz ao foco do termo empoderamento a palavra “poder”, definido por ela como “controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia” (1994, p. 129). Segundo essa mesma autora, o poder decisório emana do controle sobre esses recursos, que tem estado, em grande parte, sob o controle masculino. (SARDENBERG, 2009)

O esforço do projeto, nesse sentido, está na conformidade dessas mulheres serem encaixadas dentro dos regimes sociais e de gênero opressor existente. Assim, ao colocá-las para trabalhar em prol do desenvolvimento, em vez de fazê-lo funcionar para elas. Com isso as narrativas de empoderamento do Projeto, exaltam o desejo de capacitar as mulheres a realizarem seu “potencial,” oferecendo, algo que Andrea Cornwall chama de empoderamento light, uma versão de empoderamento destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais e materiais. (CORNWALL, 2018)

Seu foco é estreito na dimensão econômica e na maneira pela qual o poder do dinheiro e a natureza do mercado passam a ser representados, como se o crescimento econômico acompanhasse necessariamente a igualdade de gênero. Falar de “empoderar as mulheres” no sentido empregado pelo projeto implica as mulheres como recipientes que podem ser infundidos com ele. Alegações de estar

“empoderando as mulheres”, engajando-as no mercado, conjuga poder ao dinheiro. A aquisição de dinheiro passa a ter poderes quase mágicos, como se, uma vez que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, poderiam sacudir a varinha e, num passe de mágica, fazer desaparecer as normas sociais, as relações afetivas e as instituições subjacentes que as constroem. (CORNWALL, 2018)

Dessa forma, o projeto, em vez de incentivar mudanças estruturais, alimentou a harmonização do conceito de crescimento econômico, uma vez que emprega essas mulheres a cargos de trabalho precários de baixos salários. Assim, o investimento em mulheres e meninas foi transformado em um método para o desenvolvimento. Dessa forma, de acordo com Ginger Boyd o projeto coloca as mulheres como: “devedoras na expansão dos mercados de crédito; exploradas na expansão dos mercados de consumo; e recurso inexplorado para mão de obra barata” (Ginger Boyd, 2016, p. 146)

Assim, colocar “empoderamento” em uma cadeia de equivalência ao lado de “economia”, “mercados”, “crédito”, “crescimento”, como o projeto habilita, empresta qualidades significantes muito diferentes do que quando a palavra é colocada ao lado de “luta”, “conflito”, “direitos” e “poder”. Transformando a saúde e a educação em bens de consumo, em vez de um direito do cidadão e deixando as mulheres recém-ingressantes no mercado de trabalho vulneráveis aos caprichos do mercado e à exploração. (SARDENBERG, 2009)

Ou seja, essas mulheres aparecem na narrativa do projeto como esposas e mães, recebendo a função de prover aos seus filhos e barganhar com seus maridos como resultado de um maior benefício de acesso à educação e oportunidades de emprego. Elas se tornam, de fato, instrumentos para melhorar o “capital humano” das crianças e o bem-estar da família. O empoderamento das mulheres, ao que parece, contribui para manter um modelo residual da família em que as mulheres são aquelas que cuidam, e compensam a incapacidade ou falta de vontade dos homens em desempenhar o papel de provedor, gerando recursos para alimentar e educar seus filhos, bem como fazem a maior parte do trabalho de reprodução social. (CORNWALL, 2018)

Destarte o projeto faz-se acreditar numa melhoria de vida para todos. É bom para as crianças, famílias, comunidades, crescimento econômico e redução da pobreza. Ou seja, a mulher com recursos não escolhe ou toma ações que não fazem parte do roteiro neoliberal dominante. Elas não se distanciam do script, nem interferem

na área política, não exercem sua própria prerrogativa. Elas são configuradas em autômatos maternos altruístas, aplicada às suas famílias e comunidades, promovendo uma conformidade dócil que não desafia o status quo (WILSON, 2008)

Assim, segundo Cornwall, 2014, as mulheres e as meninas são compelidas a incorporar um papel de seres econômicos autogerenciados, onde não há alternativa a ter que cuidar de suas próprias necessidades, empurrando o ônus para as mulheres. Dessa forma, torna o projeto parecido com outros que convocam mulheres em atividades comerciais de porte pequeno, e não as propõem à exigirem direitos sociais e econômicos ou responsabilizar os governos, em cima de tratados internacionais como a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU (CEDAW), que Moçambique assinou, por exemplo.

Uma vez que o projeto enxergou a questão do poder, no empoderamento, apenas no que Sardenberg aponta como “poder de dentro” (que se refere a autoestima e autoconfiança) e “poder para” (que tange a capacidade de fazer algo -exemplo disso seria – aprender a ler). Deixando de lado a necessidade de enfatizar o “poder sobre” (referente a dominação, subordinação e resistência) e “poder com” (o poder solidário, que se compartilha em ações coletivas). (SARDENBERG, 2009)

Uma análise para esse tipo de preferências pelo projeto pode ser explicada por RAI (2002), a qual percebe alta ênfase no “poder para” em vez de “poder sobre”, focando o empoderamento no oprimido e não nas forças opressoras. Assim, percebe-se que para haver mudanças de fato é necessário investir em mudanças estruturais do molde patriarcal (para a transformação ocorrer de fato), a qual falta no projeto, uma vez que este focou apenas na mudança da mulher. Uma vez que:

“Transformação das estruturas requer movimento em várias frentes: de ações individuais e coletivas, de negociações no âmbito privado à públicas, e da esfera informal para as arenas formas de lutas nas quais o poder é exercido legitimamente.” (KABEER 2003, p.16)

#### 4. CONCLUSÃO

Assim, percebe-se no projeto o uso do empoderamento como o que Cornwall chamaria de sinônimo de auto aprimoramento, que não inclui os ideais de luta, justiça e igualdade, mas foca no individualismo e consumismo. Exemplificado por Batliwala como “distorção de boas ideias e práticas inovadoras à medida que são retiradas do contexto político e histórico que evoluíram e se tornam fórmulas integradas”. Acontecendo uma perda significativa de sua característica cultural, seu aspecto político e querer generalizar o termo em uma série de rituais e etapas que simulam seus elementos originais, mas sem o poder transformador da coisa verdadeira. (BATLIWALA, 2007, p. 89)

Com isso, o projeto pode ser classificado como um tipo de empoderamento light, segundo Cornwall, uma vez que promove a conformidade dócil, ao invés de viabilizar transformações do status quo. Com isso, o que as mulheres aparentemente realizam quando são “empoderadas” é se enquadrar perfeitamente em uma ordem social restritiva que por muito tempo têm sido o alvo de crítica da maioria das variedades de ativismo feminista interessado em libertar as mulheres das amálgamas opressoras machistas que construíram o próprio sistema (CHAKRAVARTI, 2008; WILSON, 2008)

De acordo com Srilatha Batliwala e Deepa Dhanraj (2004, p. 13) a mulher que se torna “livre” no imaginário social neoliberal: são aquelas que obedecem as regras neoliberais para se tornar uma “nova cidadã, que melhora o estado econômico de sua família, participa do desenvolvimento da comunidade local (se tiver tempo), ajudar a construir e administrar instituições locais (apolíticas) como grupos de autoajuda”. Assim, dessa forma, elas se empenhariam ao desenvolvimento de suas famílias e comunidades até não possuírem mais possibilidade de se engajarem de forma política e até mesmo física contra o sistema”.

Em suma, existem muitas formas de se desenvolver uma comunidade e de um sentido mais específico (não analisando a realidade holística) do que significa desenvolver, é possível enxergar um crescimento e melhoramento em Moçambique, principalmente no tocante a economia das mulheres e segurança. Entretanto, como o trabalho procura mostrar, que desenvolvimento vai além desses dois fatores, percebe-se que o a cooperação poderia ter avançado mais, principalmente no que tange a

preocupações estruturais e ações no foco da coletividade, que trabalhariam de fato o empoderamento libertador dessas mulheres.

Assim, como sugestão aponta-se a necessidade de trabalhar a análise da situação das mulheres e meninas em Moçambique além do conceito de desenvolvimento, o qual pressupõem que recursos, capacitação e autoestima são o foco do empoderamento. Para que uma real libertação dessas mulheres ocorra, ações que não reproduzam a destituição do significado de poder, pensando ele como forma de dominação, sendo necessária a urgência de mudanças não apenas na parte oprimida, mas principalmente no opressor e em sua estrutura, a qual precisa ser reconhecida. Além disso ressenete-se a falta de dados mais específicos e precisos sobre o número de mulheres impactadas com o projeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasileira de Cooperação – ABC, Ministério das Relações Exteriores. **Moçambique**. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>. Acesso: 16/03/2020.

AITHAL, V. **Empowerment and Global Action for Women: Theory and Practice**. Working Papers. Kvinnforsk, University of Tromso. Disponível em: <http://pdfind.com/empowerment-and-global-action-of-women/>. Acesso em: 13/01/2020.

ALLEN, Amy. **Feminist Perspectives on Power**. Stanford Encyclopedia of Philosophy. 2005. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#Bib>. Acesso em: 17/05/2020.

BATLIWALA, Srilatha. **Taking the Power out of Empowerment – An Experiential Account**. Development in Practice 17, n o s 4-5. 2007. pp.557-565.

BATLIWALA, S. **The meaning of women’s empowerment: new concepts from action**. In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.). Population policies reconsidered: health, empowerment and rights. pp.127-138. Boston: Harvard University Press. 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **Feminist Interpretations of Simone de Beauvoir**. Edição Margaret A. Simons. The Pennsylvania State University Press. 1974.

BHAMBRA, G. K. **Introduction – Global Social Inquiry: The Challenge of Listening**. Sociological Research Online, 14(4), 93–94. 2009.

BOOTH, Ken. **Theory of World Security**. Edição: 1. Cambridge University Press. 20/12/2007.

BOYD, Ginger. **The Girl Effect: A Neoliberal Instrumentalization of Gender Equality**. Consilience: The Journal of Sustainable Development vol. 2016. 15, Issue 1. pp.146-180.

BUZAN, Barry. **New patterns of global security in the twenty-first century**. International Affairs. July 1991. Volume 67. Issue 3. Pages 431–451.

BUZAN, Barry. **Why is there no non-Western international relations theory? An introduction**. International Relations of the Asia-Pacific 7(3): 287–312. 2007.

CHANT, Sylvia. **Gender, Generation and Poverty: Exploring the Feminisation of Poverty In Africa, Asia and Latina America**. 2007, p.16. Copyright © International Labour Organization 2003.

CORNWALL, Andrea. **Pathways of Women's Empowerment**. Open Democracy, 30 July, 2007.

DINGLI, S. **We need to talk about silence: Re-examining silence in International Relations theory**. European Journal of International Relations. 2015. 21(4), 721–742.

ENLOE, Cynthia. **The Curious Feminist searching for women in a new age of empire**. First Edition. University of California Press. 15 dez 2004.

FRITZSCHE, Nora. **The Construction of Masculinity in International Relations**. (Dissertação). The Interdisciplinary Journal of International Studies. Goethe-University Frankfurt am Main. 2010. Disponível em: <https://journals.aau.dk/index.php/ijis/article/view/157/100>. Acesso em: 29/01/2020.

GALTUNG, J. **Cultural Violence**. Journal of Peace Research, 27(3), 291–305. 1990.

GALTUNG, J. **Violence, Peace, and Peace Research**. Journal of Peace Research, 6(3), 167–191. 1969.

HANSEN, L. **The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School**. Millennium, 29(2), 285–306. 2000.

HANSEN, Randall. **Citizenship and Immigration in Post-war Britain**. Oxford University Press. New York. 2000)

IDS. **Inquérito**. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/maxma/Downloads/Mocambique%20Inquerito%20Demografico%20e%20de%20Saude%202011.pdf>. Acesso em: 21/02/2020.

Instituto Nacional de Estatística - INE. **Anuário Estatístico**. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/maxma/Downloads/Anuario%202015\\_5.pdf](file:///C:/Users/maxma/Downloads/Anuario%202015_5.pdf). Acesso em: 17/02/2020.

Instituto Nacional de Estatística – INE. **Breves Comentários sobre os Índices das Atividades Económicas (IAE) Dezembro 2014**. 2016. Disponível em:

<http://www.ine.gov.mz/news/2016/breves-comentarios-sobre-os-indices-das-atividades-economicas-iae-dezembro-2014>. Acesso em: 11/03/2020.

Instituto Nacional de Estatística. **Tabela de Residentes**. 2013. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008273&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&xlang=pt). Acesso em: 24/02/2020.

KABEER, Naila; SABATES-WHEELER, Rachel. **Gender Equality and the Extension of Social Protection**. ResearchGate. April 2005. p.16. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/228311556\\_Gender\\_Equality\\_and\\_the\\_Extension\\_of\\_Social\\_Protection](https://www.researchgate.net/publication/228311556_Gender_Equality_and_the_Extension_of_Social_Protection). Acesso em: 02/04/2020.

LEÓN, Magdalena. **El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género**. 2001. La Ventana, no. 13, pp.94-106.

MISAU. **Relatório anual**. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/maxma/Downloads/Relatorio%20Anual%20HIV\\_2013%20Final.pdf](file:///C:/Users/maxma/Downloads/Relatorio%20Anual%20HIV_2013%20Final.pdf). Acesso em: 04/03/2020.

MOSEDALE, S. **Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework**. Journal of International Development. Policy arena. 17, 243-257. 2005.

MOSEDALE, S. **Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework**. Journal of International Development, 17, 243-257. 2005.

MOSEDALE, Sarah. **Towards a framework for assessing empowerment**. Paper prepared for the international conference. New Directions in Impact Assessment for Development: Methods and Practice. Manchester UK, 24 and 25 November 2003. Disponível em: <http://www.enterprise-impact.org.uk/pdf/Mosedale.pdf>. Acesso em: 19/01/2020.

ONU MULHERES; UNFPA. **Brasil e África Igualdade de Gênero: Inovações e Potencialidades na Cooperação Sul-sul Trilateral Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique**. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/cooperacao-igualdade-genero.pdf>. Acesso em: 22/03/2020.

ONU MULHERES BRASIL. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. 2019. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>. Acesso em: 09/02/2020.

ONU MULHERES. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. Pacto Global Rede Brasil. 2017. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha\\_ONU\\_Mulheres\\_Nov2017\\_digital.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf). Acesso em: 28/03/2020.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD BRASIL. **Relatório Anual, Caminhando para o Futuro que queremos**. 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/relatorio-pnud-2016.pdf>. Acesso em: 14/02/2020.

RAI, Shirin. **Reviewed Work: Gender and the Political Economy of Development: From Nationalism to Globalization.** Revisado por Mangala Subramaniam. American Sociological Association. 2002. Contemporary Sociology. Vol. 32, No. 5 (Sep., 2003), pp. 609-611.

REUS-SMIT, Christian. **Human rights and the social construction of sovereignty.** Cambridge University Press. British International Studies Association. 26 November 2001.

SARDENBERG, Cecilia M. B. **Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective.** Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment. Pathways Working Paper 7. July 2009.

SEN, Guita; GROWN, Caren. **Development, Crisis, and Alternative visions: Third World Women's perspectives.** DAWN. 1987.

SHILLIAM, Robbie. **German Thought and International Relations: The Rise and Fall of a Liberal Project.** Edição 2009. AIAA.

STEIN, M.I. **Creativity in Genesis.** The Journal of Creative Behavior. 17: 1-8. 1983.

STROMQUIST, Nelly P. **Education as a means for empowering women.** In J. Parpart, S. Rai & K. Staudt (eds). Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world. London: Routledge. 2002. pp.22-38.

UN WOMEN. **Annual Report 2011-2012.** Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2012/8/annual-report-2011-2012>. Acesso em: 06/02/2020.

USAID. **Foreign Operations FY 2013 Performance Report.** 2013. Disponível em: [https://2012-2017.usaid.gov/sites/default/files/documents/1870/USAID\\_FY2013\\_APR.pdf](https://2012-2017.usaid.gov/sites/default/files/documents/1870/USAID_FY2013_APR.pdf). Acesso em: 07/03/2020.

WALKER, Brian. **Conserving Biological Diversity through Ecosystem Resilience.** Conservation Biology. 9: 747-752. August, 1995.

WILSON, Kalpana. **Reclaiming "Agency".** Reasserting Resistance. IDS Bulletin 39(6). 2008. pp.83-91.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Report Mind the 100 Year Gap.** Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>. Acesso em: 21/01/2020.